

O 25 de Abril e o Regime Democrático



Em 1968, em substituição de Salazar, Marcello Caetano ocupou o cargo de Presidente do Conselho.

No início da sua governação, tomou algumas medidas em defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos. Foi a chamada **“primavera marcelista”**.



Marcelo Caetano

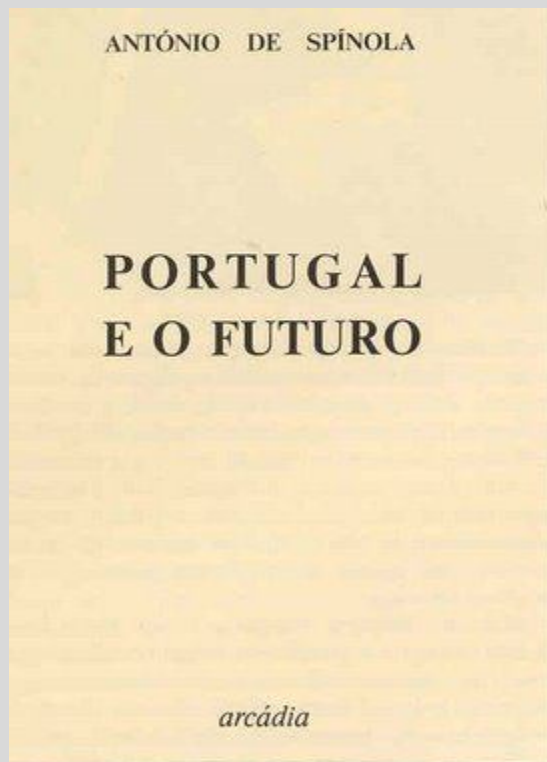


Manifestação (Coimbra, 1969)

A ação governativa de Marcello Caetano não correspondeu às expectativas dos portugueses: não resolveu o problema da Guerra Colonial, nem democratizou o país.



Nos inícios de 1974, um grupo de militares, descontente com a situação do país, organizou-se para derrubar o governo de Marcello Caetano. Foi o chamado "**Movimento dos Capitães**", que depois passou a designar-se por "**Movimento das Forças Armadas**" (MFA).



Na madrugada do dia 25 de Abril de 1974, deu-se a revolta militar. As tropas do MFA avançaram para Lisboa e obrigaram Marcello Caetano a renunciar ao poder. Foi o fim o Estado Novo.



A revolução do 25 de Abril contou com o apoio entusiástico da população portuguesa.



Largo do Carmo (Lisboa)



Praça do Município (Lisboa)

Os oficiais do MFA entregaram o poder a uma Junta de Salvação Nacional, presidida pelo General António de Spínola.

O JORNAL DE MAIOR EXPANSÃO NO MUNDO PORTUGUÊS

ANO XLIII
N.º
11317
Fevereiro 1976

DIÁRIO POPULAR

LINGUA
Livre
25
Ano

Director: MARTINHO NOBRE DE MELLO

Propriedade da SOCIEDADE EMPRESARIAL DE IMPRENSA - Sede: Rua dos Boticários 87 - Telefone 220113 (D. P. C. A.) - BOM 2420 3428 - (Telefax) - 22007 (Publicidade)

O MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS PRECONIZA A ENTREGA DO PODER A UM GOVERNO MILITAR DE TRANSIÇÃO

SANTARÉM, 25 - A Escola Prática de Cavalaria, aquartelada nesta cidade, defende ao movimento militar, ao princípio da força, tendo a sua composição sido detida e extenuando o mesmo.

«Informação do Movimento das Forças Armadas», do seguinte teor:

«Considerando que, ao fim de 13 anos de luta em Terras do Ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir, concreta e objectivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os portugueses de todas as raças e credos; considerando o

«... crescente clima de total afastamento das políticas que nos portugueses em relação a quem cabem como cidadãos, e o crescente desenvolvimento de uma tutela paralela da democracia do que resulta constante.» (Continua na 2.ª página)

Comunicado dos sublevados às 11 e 40:
Pede-se o encerramento de todos os estabelecimentos comerciais - de contrário será imposto o recolher obrigatório

comando o capitão João Correia Bernardes. Um grupo de veteranos militares chegou pela cidade, distribuindo um documento intitulado

O Banco Central e os organismos bancários encontram-se encerrados em consequência do presente condicionalismo

3ª TIRAGEM

Hoje: 44 páginas

HOTICÁRIO NAS PAGINAS 7, 9, 10, 11, 12, 13, 31, 32 E 23

A foto de manhã, na rua de Arcozelo. Desde a noite longa feita no Governo e largas manifestações



Junta de Salvação Nacional

A Junta de Salvação Nacional, para instaurar a democracia no país, tomou várias medidas:

- eliminação das instituições políticas do Estado Novo, como a Assembleia Nacional e a Polícia Política.
- estabelecimento das liberdades fundamentais, dos partidos políticos e dos sindicatos.

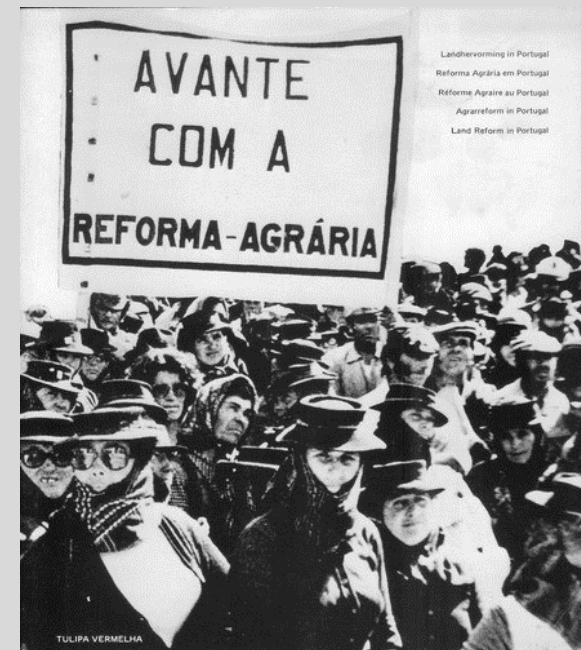


1º de Maio de 1974 (Lisboa)

Após a revolução de 25 de Abril de 1974, o país viveu um período de grande instabilidade política e social.

A 11 de Março de 1975, grupos radicais do MFA tentaram estabelecer em Portugal um regime socialista. Para isso, tomaram medidas, como:

- a nacionalização dos principais setores da economia
- a reforma agrária



Os tempos agitados, vividos no Verão de 1975, terminaram a 25 de Novembro de 1975. Então, um grupo de militares moderados opôs-se, com êxito, aos extremistas do MFA, o que permitiu consolidar o regime democrático.

O «25 de Novembro» hora a hora

«JN» reconstitui a revolta na FA

A situação militar parece sob o controlo das forças leais ao Presidente da República. É fortemente provável que esse controlo se venha a consolidar. Resta agora apurar qual vai ser o comportamento de algumas forças políticas civis. A declaração do estado de sítio na RML criou um silêncio que poderá ser artificial. É extremamente importante a definição da atitude do PCP e dos órgãos de comunicação social que lhe são afectos. Estará o PCP disposto a aceitar a plataforma que Melo Antunes propõe? Ou quererá o PCP marcar a sua distância relativamente às forças que neutralizaram esta sublevação?

Seja como for, estamos perante um momento crucial desta revolução. Momento que, se mobilizar a consciência e a vontade das forças de esquerda militares e civis, pode ser o ponto de partida para a recuperação do processo. Momento que, se cavar a divisão das forças de esquerda, pode ser o ponto de partida para o avanço da direita. Este o desafio.

(Ler nas págs. 4 a 8)



O HOMEM DO DINERS CLUB

Fotomontagem «Jornal Novo»

Com a democratização de Portugal, deu-se a descolonização. Com efeito, logo após a revolução do 25 de Abril, iniciaram-se negociações com os movimentos de libertação das colónias portuguesas em África.



A independência das colónias portuguesas prolongou-se no tempo. Depois da Guiné-Bissau (ainda em 1974) e de Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Angola (em 1975), Timor só ganhou a independência em 2002. Macau, por sua vez, foi integrado na China em 1999.



África



Ásia

Em consequência da independência das colónias portuguesas em África, milhares de portugueses abandonaram esses territórios e regressaram a Portugal. Foram os chamados **retornados**.



A Constituição de 1976 consagrou o regime democrático em Portugal. Assim, estabeleceu:

- as liberdades e os direitos fundamentais de todos os portugueses.
- a forma de organização do poder político.



O poder político é exercido em nome do povo, a nível nacional, regional e local.

A nível do **poder central**, os seus órgãos são:

- Presidente da República
- Assembleia da República
- Governo
- Tribunais



**Residência oficial do Presidente da República
(Palácio de Belém)**



Assembleia da República (Palácio de S. Bento)

Os órgãos de **poder regional**, isto é, das regiões autónomas da Madeira e dos Açores são:

- Governo Regional



Edifício do Governo Regional da Madeira

- Assembleia Regional



Assembleia Regional dos Açores

Quanto ao **poder local**, os órgãos políticos são:

- Câmara Municipal e Assembleia Municipal, nos municípios.



Câmara Municipal de Oliveira de Frades

- Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia, nas freguesias.



Junta de Freguesia de Oliveira de Frades

No dia a dia, as populações procuram resolver os seus problemas – água, lixo, licenças, jardins, ruas, etc. – com os membros dos órgãos do poder local.